

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO/JC

6x1 entre direitos e flexibilização

A discussão sobre o fim da escala 6x1 entra em uma nova fase no Congresso Nacional. Após a aprovação da proposta pela Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), decidiu que a matéria não seguirá diretamente para o plenário. O texto terá de passar pelas comissões da Casa antes da votação final.

Reunião com líderes

Alcolumbre ainda não realizou a reunião com os líderes partidários para definir o cronograma de tramitação. O encontro deve ocorrer esta semana e poderá discutir eventuais ajustes no texto aprovado pelos deputados.

Jornada menor

A PEC reduz gradualmente a jornada semanal de 44 para 40 horas semanais, estabelece dois dias de descanso para cada cinco trabalhadas, e prevê uma transição de 14 meses.

Paim lidera defesa

Entre os parlamentares gaúchos, o principal defensor da mudança continua sendo o senador gaúcho Paulo Paim (PT), autor de proposta semelhante que tramita há anos no Senado. Segundo Paim, a redução da jornada envolve saúde física e mental, convivência familiar, produtividade e qualidade de vida. O senador sustenta que experiências já adotadas por empresas demonstram que a diminuição da carga horária pode ocorrer sem prejuízos à atividade econômica.

Consolidar avanço aprovado

Embora seu texto original preveja uma redução ainda maior da jornada no futuro, Paim tem afirmado que o mais importante neste momento é consolidar o avanço já aprovado pela Câmara.

Oposição apresenta alternativa

A oposição tenta construir um modelo alternativo. A proposta do senador Rogério Marinho (PL-RN) prevê maior flexibilização das relações de trabalho, permitindo contratos baseados em horas efetivamente trabalhadas e ampliando a negociação entre empregado e empregador.

Novos modelos de produtividade

O senador Izalci Lucas (PL-DF) também defende uma revisão da legislação trabalhista. Para ele, a CLT não acompanha as transformações do mercado de trabalho e precisa ser modernizada para refletir novos modelos de produtividade e gestão.

O desafio do Senado

Poucos temas mobilizam tanto trabalhadores, empresários, sindicatos e parlamentares quanto a jornada de trabalho. De um lado, milhões de brasileiros veem na mudança a oportunidade de recuperar tempo para a família, os estudos e a saúde. De outro, empresários alertam para aumento de custos e impactos sobre a competitividade.

Demandas voltadas à

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

A prevenção e a resposta a eventos climáticos extremos seguem no topo das preocupações dos gaúchos, e é isso que indica o envio de propostas à Consulta Popular 2026/2027. A área com maior volume de pedidos encaminhados pela população foi a da Defesa Civil, com 397 em um total de 2.408. Na sequência, aparecem Desenvolvimento Social (343), Meio Ambiente (231) e Agricultura (225).

A diretora do Departamento de Articulação Regional e Participação (Darp) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Bruna Blos, conta nesta entrevista ao **Jornal do Comércio** como foi o processo de recebimento de proposições durante a fase das assembleias iniciais, que ocorreram nos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Estado. Entre os destaques, está o crescimento de 75% na quantidade de propostas enviadas neste ano em relação ao ciclo anterior.

Após terminada a fase das assembleias iniciais, os pedidos passaram por análise técnica que averiguou a viabilidade financeira e se eles se adequam às áreas temáticas da Consulta Popular. Desde 2019, por exemplo, não são recebidas proposições para Saúde, Educação e Segurança. Quanto à Defesa Civil, que lidera a quantidade de propostas neste ano, só passou a integrar as áreas da Consulta após as cheias históricas de maio de 2024.

Jornal do Comércio - A Consulta Popular encerrou agora a fase das assembleias iniciais. Como foram os encontros nos 28 Coredes?

Bruna Blos - A gente teve assembleias em todos os Coredes, nas 28 regiões do Estado, e, nessas primeiras assembleias, os Coredes tinham que definir a quantidade de demandas na cédula, a quantidade de demandas eleitas, e era basicamente isso. Porque, junto com esse prazo, a gente tinha também o prazo de envio das propostas. Então, a gente vai nas regiões mais para divulgar também o prazo de envio das propostas para que a população possa enviar.

JC - Alguma área temática de propostas que se destacou? O grande assunto dos gaúchos é a reconstrução e prevenção contra enchentes. Também se manifestou assim no processo?

Bruna - A Defesa Civil foi a área que mais recebeu propostas. A gente não tem Saúde, Segurança e Educação na consulta. Então, desde ali, da enchente (de maio de 2024), a gente abriu para a Defesa Civil.

JC - Não tinha a opção de envio de propostas para Defesa Civil antes da enchente?

Bruna - Não tinha. Não tinha porque era a Segurança. Então, desde a enchente, a gente abriu para a Defesa Civil, e eles vêm participando, mas esse ano foi o recorde. A gente teve também o pessoal da Defesa Civil participando de todas as assembleias, e eu acho que isso deu uma ajudada para que encaminhassem mais propostas.

JC - E qual natureza das demandas relacionadas à Defesa Civil?

Bruna - A maioria pede aparelhamento para a Defesa Civil, em geral. Daí, depois, se for pra cédula, se for eleito, o município encaminha o projeto que for da sua necessidade - se um (município) quiser uma viatura, o outro quiser um drone. A gente teve 397 propostas (para a Defesa Civil, de um total de 2.408).

JC - Que outras áreas receberam muitos pedidos?

Bruna - Teve Desenvolvimento Social, com 343, Meio Ambiente, com 231, e Agricultura com 225. Sempre a Agricultura era o topo, e agora já mudou um pouco.

JC - O volume de propostas cresceu 75% em relação ao ciclo anterior. Ao que credita esse aumento?

Bruna - Eu acho que é muito pela participação do cidadão. A gente tinha, até 2018, a participação do cidadão apenas na votação, porque os Coredes definiam dentro dos seus planos estratégicos, que é o PED, o Plano Estratégico de Desenvolvimento. Eles retiravam dali as propostas que iriam pra cédula. E desde 2020, então, a gente incluiu a população para encaminhar as propostas já num período anterior. Então, a gente tem essa participação maior da população desde o início do processo, e não só no final ali pra votar. Eles encaminham a proposta pelo site, no prazo. E ela é toda digital. Encaminham por ali, depois tem a votação ali também.

JC - Este ciclo recebeu R\$ 60 milhões para atender às propostas, mas a Consulta reserva cerca de R\$ 127 milhões no orçamento do Estado. Este segundo valor é relacionado aos passivos de outros anos?

Bruna - Isso. Tem passivos. A gente inicia a consulta, então, com o valor para aquele ano, e os Coredes e a população vão votar dentro daquele valor (de R\$ 60 milhões). A gente faz a Consulta num ano e o orçamento é pro ano seguinte, mas, nesse um ano, muitas vezes os projetos não terminam, não são pagos. Isso porque os municípios não encaminham a documentação, às vezes porque falta orçamento atualizado. Enfim, isso fica como passivo. A Secretaria do Estado foi pagar e o município estava no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), então não deu pra pagar naquele ano orçamentário. Acaba ficando um passivo. A gente teve R\$ 60 milhões no orçamento do ano que vem, que é da consulta que a gente está fazendo nesse



“Quanto mais a população participa, mais importante para que o governo saiba onde colocar os valores”